



CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE





Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy

ESCOLA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Autor: Darlan Xavier Ferreira
Matrícula: 6300878

Orientador: Marcelo Rodrigo Fernandez Mendes

Centro de Integração da Criança e do Adolescente

Trabalho apresentado à Universidade do Grande Rio, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

2019-2
Duque de Caxias, RJ





DARLAN XAVIER FERREIRA

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em Duque de Caxias ____ de ____ de 2019.

Banca Examinadora:

Marcelo Rodrigo Fernandez Mendes (Orientador)

Pedro Mallet (Convidado)

Aline Margarete da Mota Serpa (Supervisora)



AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus por me iluminar, orientar nas minhas escolhas e por me fortalecer a cada etapa. Além disso, quero homenagear a minha família (mãe, pai, avó, prima, tia, irmã e padrasto) que sempre estiveram ao meu lado durante esse período da faculdade me incentivando e dando total suporte para conseguir realizar esse sonho.

Em especial, quero dedicar esse trabalho a duas pessoas que sempre me incentivam e que eu admiro: minha mãe e tia. O tema desse trabalho de certa maneira está ligado a profissão delas que sempre trabalharam com a educação de criança e adolescente, sendo notório toda dedicação e admiração de outros profissionais por elas.

Obrigado, mãe, por todo o apoio, amor e dedicação para que juntos eu conseguisse chegar até aqui e concluir mais uma etapa na minha vida acadêmica.

Além disso, quero agradecer as pessoas incríveis que eu conheci no início da faculdade e que com certeza levarei para vida: Raquel, Erica e Taeany. Saibam que todas as dificuldades e desesperos com as entregas ficavam mais leves pois sempre tínhamos o apoio e principalmente o companheirismo entre nós.



RESUMO

Segundo as pesquisas, pude observar que grande parte dos abrigos institucionais se apresentam como um ambiente empobrecido de afeto e estímulos, caracterizando como um espaço ocioso, pouco atrativo e conseqüentemente não favorecedor à aprendizagem. Sendo assim, é notório a necessidade de criar espaços mais acolhedores e afetivos com uma proposta de trabalho multidisciplinar que acolha as crianças e adolescentes nas suas diversas necessidades tanto pedagógica como psicossocial, garantindo seus direitos e ampliando o atendimento à comunidade local, contribuindo assim, com a formação social e intelectual desses jovens.

Esse trabalho tem como objetivo principal apresentar um modelo alternativo de acolhimento mais receptível para crianças e adolescentes, através da junção da Casa Lar, da escola e de um espaço de convívio social (a praça) que é extensivo à comunidade local, de modo a pensar em abrigar sem excluir do convívio social. Além disso, atribuir melhores condições no cuidado e no afeto desses jovens que sofrem com o abandono ou rejeição de seu núcleo familiar.



1	APRESENTAÇÃO	10
	OBJETIVOS	11
	JUSTIFICATIVA	12
2	PROBLEMÁTICA	13
	QUAIS AS PRINCIPAIS CAUSAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL?	14
	A IMPORTÂNCIA DE UM LAR	19
	IMPACTOS DAS CAUSAS DO ABANDONO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	20
	COMO O ESPAÇO E ATIVIDADE COLETIVOS PODEM AJUDAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL?	22
3	OBJETO	25
	ESTUDO DO LOCAL	26
	MAPA DE USO E SERVIÇO	27
	MAPA DE GABARITO	28
	MAPA DE FLUXO VIÁRIO	29
4	REFERÊNCIAS	30
	ESPAÇO ALANA	31
	CASA RANA	32
	CENTRO DE ENSINO PARQUE DO RIACHO	33

5	ESTUDO PRELIMINAR	34
	CONCEITO	35
	PROGRAMA DE NECESSIDADES - ESCOLA	36
	FLUXOGRAMA - ESCOLA	37
	PROGRAMA DE NECESSIDADES - CASA LAR	38
	FLUXOGRAMA - CASA LAR	39
	ESTUDO DE MASSA	40
	IMPLANTAÇÃO	41
	SETORIZAÇÃO - ESCOLA	42
	SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 1	43
	SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 2	44
	SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 3 PCD	45
	SETORIZAÇÃO - PRAÇA	46
	PAGINAÇÃO - PRAÇA	47



6

PROJETO

48

🏠	PLANTA BAIXA - TÉRREO	49
🏠	PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO	50
🏠	PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO	51
🏠	PLANTA BAIXA - COBERTURA	52
🏠	CORTES	53
🏠	FACHADAS	54
🏠	PERSPECTIVAS	55

7

BIBLIOGRAFIA

73





APRESENTAÇÃO



OBJETIVO GERAL

🏠 Criar um Centro para acolher crianças e adolescentes em situação de abandono e propor um projeto arquitetônico com aspectos de integração.

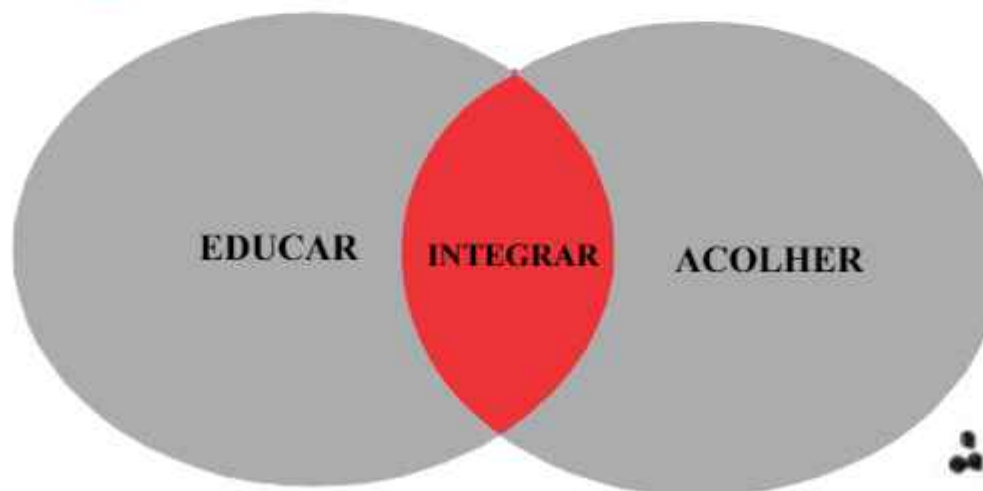
OBJETIVO ESPECÍFICO

🏠 Criar espaços que propiciem reconhecer e tratar os traumas passados pelos jovens através de apoio psicológico;

🏠 Identificar a problemática projetual de uma instituição de acolhimento;

🏠 Compreender como os espaços funcionais podem auxiliar no desenvolvimento social, com atividades ligadas ao lazer e ao ensino.

🏠 Incentivar a convivência comunitária através do espaço público



JUSTIFICATIVA

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, no Brasil, 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos. Porém, apenas 8.420 crianças e adolescentes estão no Cadastro Nacional de Adoção, ou seja, aptos para encontrar uma nova família. Esse fato tem como influência a questão da idade desses menores, histórico e por terem irmãos. Como consequência desse processo de rejeição e abandono, crianças e adolescentes desenvolvem sintomas de depressão, insegurança e atraso escolar.

Atualmente, o número de pessoas interessadas em adotar é doze vezes maior que a quantidade de crianças disponíveis para adoção, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Ainda assim, muitas delas passam a vida em abrigos públicos, sem um lar.

Com isso, apesar no Estatuto da Criança e do Adolescente afirmar que o processo de acolhimento ser temporário, na realidade, isso não ocorre no Brasil. Muitos jovens sequer chegam a conhecer uma possível família.

Como consequência, ao completarem 18 anos, são obrigados a deixarem o acolhimento por serem considerados "responsáveis" por si. Mas na verdade, para eles, é mais uma frustração na vida por não terem a garantia do apoio familiar, estabilidade emocional e condições financeiras suficientes para se manterem na vida fora da instituição.



Fonte: Cadastro Nacional de Adoção



PROBLEMÁTICA



A partir das observações, surge a necessidade de elaborar um estudo com destaque em pontos importantes desde as causas do acolhimento, compreensão do psicológico desses jovens e as interferências emocionais e sociais que os afetam para assim, projetar um espaço que garanta a recuperação e a prevenção dessas crianças e adolescentes.

- 🏠 Quais as principais causas do acolhimento institucional?
- 🏠 A importância de um lar na vida de uma criança
- 🏠 Impactos das causas do abandono no desenvolvimento infantil
- 🏠 Como o espaço e atividade coletivos podem ajudar no desenvolvimento social?

QUAIS AS PRINCIPAIS CAUSAS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL?

Historicamente o abandono e acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil tem suas origens na colonização portuguesa, estrategicamente, para a catequização dos nativos pelos Jesuítas. Os padres educavam as crianças, separando-as das suas famílias e incorporadas na moradia em abrigos, denominados na época como Casa dos Muchachos (BENTO, 2014, p. 25). Ocupadas por meninos indígenas e também por órfãos e enjeitados vindos de Portugal, as crianças indígenas passaram a intérpretes das crianças portuguesas, dando origem às primeiras instituições de acolhimento.

Deste legado e ainda nos tempos do Brasil Império, as primeiras medidas adotadas para minimizar a situação das crianças pobres caminharam, com o intuito de retirar das ruas as crianças que causavam desconforto a população. O governo cria os primeiros asilos cujo objetivo seria o de ministrar ensino elementar e profissionalizante. (Fonseca, p. 9).

A violência contra a criança e ao adolescente sempre esteve presente na sociedade e em diferentes classes sociais. No Brasil, um avanço importante para reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos e deveres foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei 8.069 em Julho de 1990.

O ECA representa um marco jurídico que instaurou a proteção integral e uma carta de direitos fundamentais à infância e à juventude. Ele considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 19, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Em contrapartida, o Conselho Nacional de Justiça mostra que no Brasil, 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos, ou seja, longe de suas famílias. Esse fato leva a procurar entender quais os motivos que acarretam esse rompimento familiar.



PROBLEMÁTICAS

Abaixo, pode-se observar a tabela do Censo da População Infantojuvenil acolhida do Estado do Rio de Janeiro Base 31/12/2016.

Figura 1 - Os motivos que acarretam o acolhimento de crianças e adolescentes para abrigos institucionais.

Motivos	Quantidade de atos	%	Quantidade	Porcentagem
Negligência	527	29,58	220	30,7
Abandono pelos pais ou responsáveis	187	12,62	81	10,6
Situação de Rua	167	9,28	60	10,7
Deviação por tentativa de violação familiar mal sucedida	166	9,24	38	7,8
Conflitos no ambiente familiar	145	8,20	75	7,1
Pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas	122	6,85	39	8,3
Razões físicas ou psicológicas contra a criança ou adolescente	105	5,90	53	5,2
Raça sexual / Suspeita de abuso sexual	72	4,04	38	1,4

A partir da tabela entende-se que a negligência está como fator principal nos casos de abandono no Estado do Rio de Janeiro, mas é importante entender o que seria essa negligência.

NEGLIGÊNCIA

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

Art 5º- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, p.3).

O conceito de negligência infantojuvenil está associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais. Presume que há um parâmetro de cuidado considerado aceitável socialmente e capaz de prover as necessidades essenciais das crianças e adolescentes.

Ou seja, há parâmetros de cuidados possíveis para cada classe social, para que possam efetivar o compromisso familiar, como por exemplo: Educação, proteção e alimentação.

Caso os recursos familiares não sejam possíveis para atingir o necessário de cuidado, entra como aspecto de auxílio o poder institucional e agências de proteção à criança e adolescente que classificam os atos familiares como negligentes. Contudo, afirmar um ato familiar negligente precisa de um discurso crítico acerca disso.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornou-se proibido utilizar a pobreza como medida de abrigo:

Art. 23º- A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90, 1990, p. 10).

Diante disso, nenhuma criança e adolescente poderá ser retirado de sua família por ser pobre. Mas durante a história brasileira, este motivo foi adotado como partida para o acolhimento desses jovens. Apenas a partir do século XX passou a utilizar a lei do Código de Menores.

Um estudo realizado pelo Fundo de Nações Unidas para a Infância (Unicef) 2018, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mostra que no Brasil, trinta e dois milhões de crianças e adolescentes são afetados diretamente pela pobreza. A pesquisa mostra os efeitos da renda insuficiente, a falta da educação escolar, moradia, saneamento e trabalho infantil.



No entanto, não se pode confundir a negligência dos pais com a falta de condições materiais da família, devido a desigualdade de classe, miséria, excluídas do acesso a bens de consumo, serviço, formação intelectual e isoladas pela sociedade. Nessa perspectiva, a negligência parental está vinculada a negligência estatal. Assim, pode afirmar que essa definição foi caracterizada a partir da identidade familiar, principalmente aquelas mais pobres.

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA

Criança e adolescente em situação de rua são compostas por um grupo heterogêneo em termos de sexo, idade, raça e histórias de vida. Possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. A vida dos indivíduos em situação de rua se caracteriza pela inexistência de moradia convencional e a utilização dos espaços públicos como lar. É uma vida marcada por uma dinâmica e rotina de trabalho informal e marginalidade, com relações sociais frágeis.

No caso de crianças e adolescentes que sobrevivem nessas condições, a situação é grave em razão da condição do desenvolvimento. Quando uma criança ou um adolescente se vê obrigado a viver nas ruas é porque já lhe foram negados outros direitos anteriormente, e essa negação terá impacto no seu processo de crescimento e

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), atribui a identificação de "crianças de rua" em duas categorias: "crianças na rua" e "crianças de rua". Nesse sentido, "crianças na rua" seriam as crianças que passam grande parte do dia na rua, mas têm algum apoio familiar e geralmente voltam para casa à noite. Porém, "crianças da rua" seriam crianças que passam mais dias e noites na rua e não recebem apoio familiar.

Para compreender esses jovens em situação de rua, deve ter em mente que eles possuem comportamento "impulsivo". Utilizam de habilidades para sobreviverem às diversas situações que encontram na

rua, sem ter, muitas vezes, recursos psicológicos e físicos. Isso faz com que possam utilizar estratégias e atitudes agressivas.

É comum o uso excessivo de substâncias químicas, descuido com o próprio corpo, exploração sexual, práticas ilegais e também história de passagem por instituições de acolhimento institucional.

As famílias desses jovens em situação de rua, excluídas do acesso aos bens socioeconômicos e culturais mais básicos, apresentam enorme fragilidade para cumprir com suas funções na formação social, na identidade e na proteção. Assim, elas necessitam da ajuda do Estado para cumprir as funções essenciais, tais como: educação, saúde, alimentação e segurança. Não devem ser culpadas, mas sim vistas como vítimas de um sistema social e político.

Muitas crianças e adolescentes que vivem na rua ainda mantêm vínculos afetivos com seus familiares, mas não conseguem viver junto deles. A rua acaba sendo uma consequência da má resolução de conflitos no ambiente familiar. Porém quando são inseridos ou reinseridos em acolhimentos acabam não confiando nas práticas da instituição acolhedora devido a precariedade afetiva comum a elas. Logo, adquirem seus nomes em cada instituição por onde passam, e, para as pessoas com quem estabelecem algum laço afetivo, há chances de se apresentarem pelo verdadeiro nome.



PROBLEMÁTICAS

Entre os 32 milhões afetados, 18 milhões (34,3%) são atingidos pela pobreza monetária, ou seja, não possui renda suficiente para se manterem. Segundo o Unicef, essa renda deve ser no mínimo R\$ 346 para a zona urbana e de R\$ 269 para a zona rural. Outros 14 milhões de crianças e adolescentes, têm direitos negados: educação, saúde e moradia.

Outro ponto a ser ressaltado é que os negros possuem menos acessos a direitos em relação aos brancos. Entre as crianças e adolescentes negros a taxa de privatização desses acessos é de 58,3%, enquanto entre os brancos o índice é de 38%. Isso realça a ideia de que dentro dessas áreas mais carentes de infraestrutura e de habitantes sem acesso aos seus direitos, a população negra é mais presente.

Na zona rural, a privatização é o dobro daqueles que vivem nas cidades: 87,5% e dos que moram na zona urbana, 41,6%. As regiões Norte e Nordeste possuem os maiores índices de privação de direitos em quase todos os campos analisados em relação ao estudo. No relatório elaborado pelo Unicef, destaca o item:

É preciso trabalhar mais e com maior precisão no desenho de políticas públicas e programas para crianças e adolescentes negros, com alocação suficiente de recursos orçamentários para que tenham acesso a todos os serviços, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, prestando atenção especial aos serviços de água e saneamento. (UNICEF, 2018, p. 16).

No panorama brasileiro em relação aos itens analisados pelo Unicef:

Educação: 20,3% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos não possuem o direito a educação. Os dados mostram que 13,8% estão na escola, mas não são alfabetizados ou estão em atraso escolar.

Informação: 25,7% da população de 10 a 17 anos não tiveram acesso à internet, sendo considerados privados de informação. 24,5% não acessaram a internet.

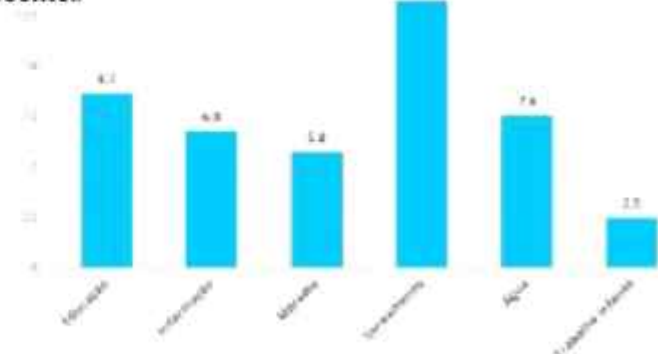
Trabalho: 6,2% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exercem trabalho infantil doméstico ou remunerado. 3% das crianças de 5 a 9 anos e 7,4% de 10 a 13 anos, faixas etárias em que é ilegal, trabalham. Entre aqueles de 14 a 17 anos, 8,4% trabalham mais de 20 horas semanais, ou seja, acima do que determina a lei.

Moradia: 11% vivem em uma casa com quatro ou mais pessoas por dormitório e com paredes e tetos com material inadequado. 6,8% vivem em casa de teto de madeira reaproveitada e quatro pessoas por quarto. 4,2% em casas com cinco ou mais por dormitório.

Água: 14,3% das crianças e adolescentes não possuem direito à água. 7,5% têm água em casa, mas não filtrada. 6,8% não contam com sistema de água dentro de suas casas.

Saneamento: 24,6% das crianças e adolescentes estão em privação de saneamento. 21,9% das meninas e meninos brasileiros vivem em domicílios com apenas fossas rudimentares. 3,1% não possuem sanitário em casa.

Figura 2 – Estatística da privatização de direitos de crianças e adolescentes



Fonte: Unicef/ Pnad



PROCESSO DE DEVOLUÇÃO

Toda criança e adolescente têm direito a um lar e uma família e quando a família não tem condições de criá-la, não possui recursos materiais e muito menos psicológicos, o Estado intervém e encaminha a criança a uma Instituição e em seguida para a adoção. Além disso, a noção de abandono é complexa, pois nem sempre entregar um filho para adoção significa abandonar, pois pode representar a impossibilidade de criar, dar afeto e de condições de uma vida digna.

Uma das formas de restabelecer a vida dessas crianças é promovendo sua inserção em uma nova família através da medida de adoção, porém sempre prevalecendo a alternativa de reestruturar a realidade social, psicológica e econômica da família biológica e em último caso a entrega em adoção, regido pela Lei de Adoção Nacional e pelo ECA.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que define a família substituta como aquela que vem substituir a família biológica, a colocação de uma criança, que está impossibilitada de conviver com a família de origem, poderá ocorrer através de algumas maneiras jurídicas como a guarda, a tutela e a adoção. Neste sentido, a adoção é uma das formas de integrar as crianças e adolescentes ao meio familiar. Além disso é importante destacar que ela é uma medida que não pode ser anulada conforme artigo 39, parágrafo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

A partir do momento em que crianças e adolescentes necessitam fazer parte de uma nova família, oferecendo-lhes o convívio por determinado tempo, surge a esperança de sua inserção na unidade familiar. Porém, em muitos casos ocorrem grandes e irreversíveis danos psicológicos. Embora no Estatuto da Criança e do Adolescente esteja previsto um período de adaptação para que seja analisada a compatibilidade, que, basicamente, visa excluir um futuro arrependimento, tanto por parte dos pais adotivos, quanto da criança, ocorre um número significativo de devoluções de crianças e adolescentes mesmo após encerrado o processo, caracterizando-se, assim, um

Desistir da adoção durante o período de convivência, apesar dos danos psicológicos que podem ser causados à criança, não se traduz em responsabilização jurídica. A legislação brasileira não especifica ou prevê ações penais para essas situações. Com isso, deve saber que há uma diferença entre abandono e devolução. Abandonar está relacionado quando a pessoa não possui condições para manter o cuidado, guarda e autoridade sobre a criança e adolescente. Já o termo devolução referente a uma pessoa, ela simboliza a rejeição, a frustração e a admissão da incapacidade de acolhimento do adotado como filho.



PROBLEMÁTICAS

A IMPORTÂNCIA DE UM LAR

A família exerce um papel fundamental na estrutura psicossocial da criança, pois é o primeiro contato social existente. O trabalho dos pais é crucial para o desenvolvimento saudável da criança, apesar de não ser uma tarefa fácil de ser exercida, mas que exige muito amor, respeito e companheirismo.

O indivíduo reflete as características do meio familiar do qual provém (KNOBEL, 1996, p. 87).

Uma vida saudável surge como produto através dos lares que têm harmonia, onde há boas relações. A família modela à nossa maneira de pensar, de tomar decisões, a forma de nos comportarmos e até nossa perspectiva de vida. O ambiente no qual uma criança cresce a define como pessoa. Por isso, a importância da família em seu desenvolvimento.

Dentro de um lar os mais velhos são o modelo para os mais novos, exemplos concretos de como conduzir a vida. Os comportamentos dos pais servem de auxílio na formação da personalidade dos filhos. Cada criança tem identificações com as figuras parentais, formando imagens internas, que definirão cada sujeito como uma pessoa, ou seja, a sua personalidade. Os pais dão aos filhos as bases psicológicas e dinâmicas que constituem a sua personalidade.

Percebe-se, portanto, que a convivência familiar não é o bastante, mas que deve ser extremamente saudável, proporcionando um ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, principalmente dos menores. Representa, assim, a preparação da criança e do adolescente para a vida em sociedade. Aprendendo a conviver harmoniosamente em família e recebendo dela a compreensão e o amor necessários para o aperfeiçoamento de seus valores, o menor estará apto para conviver em sociedade.

A finalidade da criança crescer com a família biológica é incentivar o desenvolvimento da criança e do adolescente próximo dos ascendentes, daqueles com quem possui um vínculo mais próximo, garantindo ao menor uma maior estabilidade emocional e financeira.

Nos casos dos acolhidos institucionalmente, alguns, o mais próximo que conhecem o que é ter esse afeto familiar, é através do apadrinhamento e da mãe social. Esse termo é utilizado para a denominação da atividade profissional exercida por mulheres em casas de acolhimento de menores, onde fazem o papel de mãe dos menores carentes.

Sobre o apadrinhamento, segundo o Poder Judiciário do Rio de Janeiro, diz que o Programa de Apadrinhamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro espera propiciar às crianças e adolescentes, em medida de acolhimentos institucional e familiar, com esperanças remotas de reinserção familiar e adoção.

Dentro do apadrinhamento, existem dois tipos: o afetivo, provedor e o prestador de serviços:

 Apadrinhamento afetivo: nesse caso, a pessoa visita regularmente o afilhado, buscando-o para passar fins de semana, feriados ou férias escolares, proporcionando o contato social e afetivo.

 Apadrinhamento provedor: oferece suporte material ou financeiro à criança e ao adolescente.

 Apadrinhamento Prestador de Serviços: atende às necessidades institucionais das crianças e/ou adolescentes, conforme a sua especialidade de trabalho, sendo um fornecedor de serviços médicos, odontológicos etc.



Já nos casos da mãe social, é a pessoa responsável por educar e cuidar das crianças e adolescentes que por diversos motivos tiveram seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos e recriar o ambiente familiar. É uma profissão regulamentada por lei e para se tornar precisa ter no mínimo de 25 anos, ensino médio completo e passar por uma capacitação de 2 anos.

A mãe social é uma educadora da Casa Lar. Trata-se de um programa de acolhimento de crianças e adolescentes, configurados em situação de vulnerabilidade, que são acolhidos em uma casa, com a presença de uma mãe e uma auxiliar, com outras crianças e adolescentes, organizados pela rede internacional "Aldeias Infantis SOS Brasil".

Figura 3 - Aldeia Infantil SOS: Condomínio de Casa Lar em Igarassu, Recife



Fonte: G1, Globo

Neste condomínio existem 14 casas lares em que cada uma possui uma mãe social responsável pelas crianças e adolescentes carentes de no máximo 10 jovens por cuidadora. Esse número é considerado para que supra a demanda dos jovens abandonados, mas que também seja possível a realização do trabalho da mãe social: atendimento igualitário com afeto, proteção e educação.

IMPACTOS DAS CAUSAS DO ABANDONO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Além de traumas psicológicos, o abandono pode provocar danos cerebrais graves em crianças. Um estudo do Hospital de Crianças de Boston, da Universidade de Harvard, acompanha, desde o ano 2000, crianças negligenciadas em abrigos da Romênia, e muitas delas apresentam, segundo as análises, problemas de desenvolvimento da chamada substância branca do cérebro, região que ajuda na comunicação entre os neurônios, as células do sistema nervoso, o que leva à redução da capacidade linguística e mental. (Milhorance, 2015).

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Crianças e Adolescentes que estão sendo expostos ao abandono levam marcas que as vezes são irreparáveis, que acarretam danos no desenvolvimento psicológico e social.

Um dos principais danos causados à criança pelo abandono infantil, ou por qualquer forma de violência contra ela, é o comprometimento da sua formação intelectual. Seja por privação da educação ou por traumas psicológicos que dificultam no desenvolvimento do raciocínio. Esses fatores influenciam e podem ser determinantes para o processo de aprendizagem na fase da infância.

A manifestação das dificuldades comportamentais e escolares amplia a possibilidade de problemas nos contextos social e acadêmico, com prejuízo nos relacionamentos interpessoais, favorecendo a tendência ao isolamento social, com risco de comportamento antissocial. Além disso, as dificuldades de aprendizagem e a percepção de limitações quando comparadas aos outros alunos, leva as crianças a apresentarem sentimentos de menos valia e impotência.



PROBLEMÁTICAS

AUSÊNCIA PATERNA

É importante o papel do pai no desenvolvimento da criança e a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na sociedade.

Das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos em 2015, 83,6% (8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher, seja mãe biológica, de criação ou madrastra, de acordo com o Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, da Pnad 2015.

A pesquisa Primeiríssima Infância Creche também revela a influência do fator social. A criação pelas mulheres só não ultrapassa o índice de 90% nas famílias que recebem mais de 5 salários mínimos, onde o indicador cai para 72%. Nas famílias com renda até cinco salários mínimos que vivem em capitais ou em cidades de regiões metropolitanas, por sua vez, em 93% dos casos a mãe é a responsável.

Figura 4 - Mãe solteira na periferia



Fonte: Huffpostbrasil Autor: Nacho Doce

A chance de ser mãe solteira na periferia é até 3,5 vezes maior do que na região metropolitana, de acordo com pesquisa do Estadão Dados com o Ibope publicada em 2013. Segundo o levantamento, a probabilidade de uma mulher em áreas periféricas ter um marido para ajudar a cuidar dos filhos é praticamente a metade.

Logo, entende-se que a renda dessa família seja insuficiente para manter a todos. Então entra o conceito de negligência nesses casos, pois no momento que a família não tem condição financeira para sustentar a criança, é necessário como medida de proteção e cuidado, a encaminhada dos menores para um Instituto de Acolhimento.



COMO O ESPAÇO E ATIVIDADE COLETIVOS PODEM AJUDAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL?

O trabalho com atividades coletivas nas instituições de acolhimento deve-se, em sua essência, trazer a possibilidade da mudança. De nada vale afastar uma criança de sua família e colocá-la em uma instituição fria, autoritária e reprodutora do isolamento. Para tal modo, é necessário pensar em como trabalhar essas questões de coletividade num espaço que apresenta criança e adolescente de idades distintas.

Para isso, os acolhedores da instituição precisam trabalhar questões de cooperação, organização, interação, amizade, empatia e dentre outros. Não apenas por trabalhar, mas para ajudar no desenvolvimento de competências necessárias para a vida desses jovens que muitas vezes devido tanto sofrimento, se apresentam socialmente isolados.²¹

Dentro desse trabalho de espaço coletivo, encontra-se uma ferramenta essencial na vida de uma criança: brincadeiras. Antes de servirem de simples distração, constituem-se em um campo laboratorial de experiências de vida para a criança. O estudo de sua influência para o desenvolvimento infantil tem sido objeto de investigação de pesquisadores ligados a várias linhas de pensamento, tendo-se como ponto de partida o pressuposto de que são atividades imprescindíveis para o desenvolvimento social, afetivo, motor e cognitivo das crianças.

A criança quando brinca se desenvolve em vários aspectos: no físico, no social e no emocional o que demonstra a relevância em estudar a relação entre o comportamento de brincar e o desenvolvimento de crianças em situação de acolhimento institucional.

Para Piaget (1971) o desenvolvimento ocorre a partir de quatro estágios pré-definidos que marcam o surgimento das estruturas da inteligência, que são os seguintes: sensório-motor (zero a dois anos); pré-operatório (dois a sete anos); operações concretas (sete a 11, 12 anos); período das operações formais (12 anos em diante).

Entre os vários contextos em que ocorre o desenvolvimento humano, o contexto de acolhimento institucional surge como um espaço onde o desenvolvimento de crianças e adolescentes pode ser observado, principalmente por considerar que é um ambiente de proteção integral e sobretudo, por considerar que as crianças acolhidas nestes contextos passam um grande tempo de suas vidas nessas instituições, mesmo que hoje, a legislação brasileira determine que o acolhimento seja provisório, fato que ainda está longe da realidade.

Giacomello e Melo (2011) desenvolveram uma pesquisa objetivando utilizar a técnica de brinquedo terapêutico com crianças institucionalizadas que haviam sofrido algum tipo de violência. Ao proporem as sessões de brinquedo terapêutico, ofereceram brinquedos pré-selecionados e algumas temáticas foram sugeridas, como: brincar de faz de conta e brincar de realidade. Os resultados indicaram que em diversos momentos do brincar, as crianças revelaram seu cotidiano na instituição, comentaram sobre as normas e rotinas existentes, questionaram as razões do abrigo, as relações com os demais abrigados e com os profissionais da instituição. Através dos diálogos, gestos que ocorriam de forma espontânea durante o brincar, as crianças apontaram alguns determinantes dos relacionamentos interpessoais existentes na instituição.

No acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer deve-se observar o interesse, as habilidades e grau de desenvolvimento da criança e do adolescente. Sendo possível, propiciar que esse acesso não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço frequentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de favorecer também a interação com outras crianças e adolescentes da comunidade.



PROBLEMÁTICAS

No caso dos antigos orfanatos, com suas grandes dimensões espaciais, a organização impecável, a extrema homogeneidade e a rotina rígida logo mostravam para as crianças e adolescentes que ali não representava um lar.

De acordo com Mello & Silva, a criança chegava à instituição de acolhimento, muitas vezes vítima de violência, abandono ou negligências, com sua autoestima comprometida, com dificuldades de afirmação de sua identidade e individualidade e era submetida à homogeneidade espacial e grupal, impedida de imprimir suas características pessoais aos espaços, como seu próprio dormitório e impossibilitada de manifestações pessoais básicas como se vestir ou brincar, dificultando a superação de seu quadro. As mudanças legais realizadas nas últimas décadas procuram evitar essa situação, respeitando os espaços e objetos individuais.

As instituições devem proporcionar uma gama de atividades, oportunidade de interações, espaços físicos adequados, e especificamente, estimular e promover o brincar livre ou estruturado como forma de garantir o pleno desenvolvimento infantil.

CARACTERÍSTICA ESPACIAL

Sua localização deve se dar em "áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos" (BRASIL, 2009).

É importante ainda, a proximidade a serviços principalmente escola, posto de saúde e ponto de ônibus, "os dois primeiros representam serviços básicos essenciais de atenção a crianças e adolescentes, e o terceiro, um equipamento público estratégico para facilitar a mobilidade das pessoas e o acesso àquilo que não estiver disponível nos arredores" (MELLO, 2004).

considerada positiva e desejável. No levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014, foi estabelecida uma pontuação para cada um dos elementos presentes na vizinhança. Escola, posto de saúde e ponto de ônibus, receberam dois pontos cada um, quando existentes. Já comércio, delegacia e igrejas/templos receberam um ponto cada. A existência de hospitais foi considerada indiferente, pois este tipo de equipamento é estabelecido num planejamento na escala da cidade.

"Assim, ainda que a proximidade de um hospital seja interessante, não se pode tornar negativa a sua inexistência" (MELLO, 2004).

Ainda segundo o IPEA, não é desejável que uma instituição de acolhimento fique em local onde existam apenas instituições desse tipo. Porém, é natural que unidades ligadas a uma mesma instituição fiquem próximas. Assim, a presença de outros abrigos foi considerada como item indiferente nos casos de haverem também residências nas proximidades.

É preciso atentar a três perspectivas direcionadoras do projeto: o aspecto externo da instituição de acolhimento; a configuração interna dos seus espaços; e o programa de atividades previstas. Com relação aos aspectos do exterior da construção, a ênfase é dada a não-identificação da instituição de acolhimento como tal: devem ser evitadas placas e referências como as edificações de aspecto claramente institucional. A instituição de acolhimento deve assemelhar-se a outras residências das proximidades e estar inserido entre elas.

[...]mantendo alguma referência à usual aparência externa de um domicílio comum. (MELLO & SILVA, 2004).



Os espaços internos e sua escala devem assemelhar-se aos de uma residência comum, evitando-se, por exemplo, os imensos dormitórios e refeitórios, bem como cozinhas e lavanderias industriais, inacessíveis às crianças e aos adolescentes. É preciso que as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento sintam-se em casa, ou, pelo menos, em uma casa.

A configuração interna dos espaços deve proporcionar que as crianças e os adolescentes desenvolvam suas atividades cotidianas o mais próximo possível da normalidade.

Para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de outra natureza, como, por exemplo, de atendimento médico, odontológico, educação infantil ("creche"), etc. (BRASIL, 2009, p.51).

Segundo Mello e Silva (2004, p.141), devem existir ambientes receptivos a brincadeiras e atividades típicas por idade, os brinquedos e os livros devem estar acessíveis aos usuários e, se possível, espaço para recreação ao ar livre. Além disso, recomenda-se que disponibilize lugar para estudos individuais e realização de tarefas escolares, com espaços individuais para guarda de objetos pessoais, onde cada uma possa colocar seus brinquedos, roupas e outros pertences.

Cada quarto deve abrigar o máximo de quatro crianças e adolescentes, mantendo uma relação adequada entre área e o número de usuários. Sugere-se 2,25 m² para cada ocupante e caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, as dimensões dos mesmos deverão ser aumentadas para 3,25 m² para cada ocupante. (BRASIL, 2009).

Oliveira (2008) fala da importância de não manter um padrão homogêneo de organização das camas e dos quartos, permitindo certa flexibilização. "Os critérios de distribuição das crianças e adolescentes nos quartos e o uso que estas podem fazer deste também nos oferece subsídios para refletir o "sentir-se em casa".

Ainda que seja dado destaque à semelhança com um ambiente residencial, Mello e Silva ressaltam que a edificação resultante do cumprimento das recomendações não seria exatamente uma residência comum, mas uma instituição de pequeno porte.

Embora possa se assemelhar a uma família com numerosos filhos, o número, idade e gênero destes é flutuante e nem sempre se estabelece uma ligação afetiva com aqueles pagos para zelar por sua integridade.

Em relação ao princípio do atendimento em pequenos grupos, recomenda-se, como já foi citado, que o número de crianças e adolescentes atendidos em uma mesma unidade de programa de acolhimento não ultrapasse 10, número que não é comumente encontrado em uma residência atualmente. Sugere-se que os programas de acolhimento disponham de espaços externos para recreação e lazer, o que não acontece em grande parte das residências brasileiras e que pode ser perfeitamente superado pela utilização de espaços públicos para esse fim.



OBJETO



ESTUDO DO LOCAL



Fonte: Google Earth



Fonte: Google Earth

— Limite do Terreno



Fonte: Acervo Próprio



Fonte: Acervo Próprio



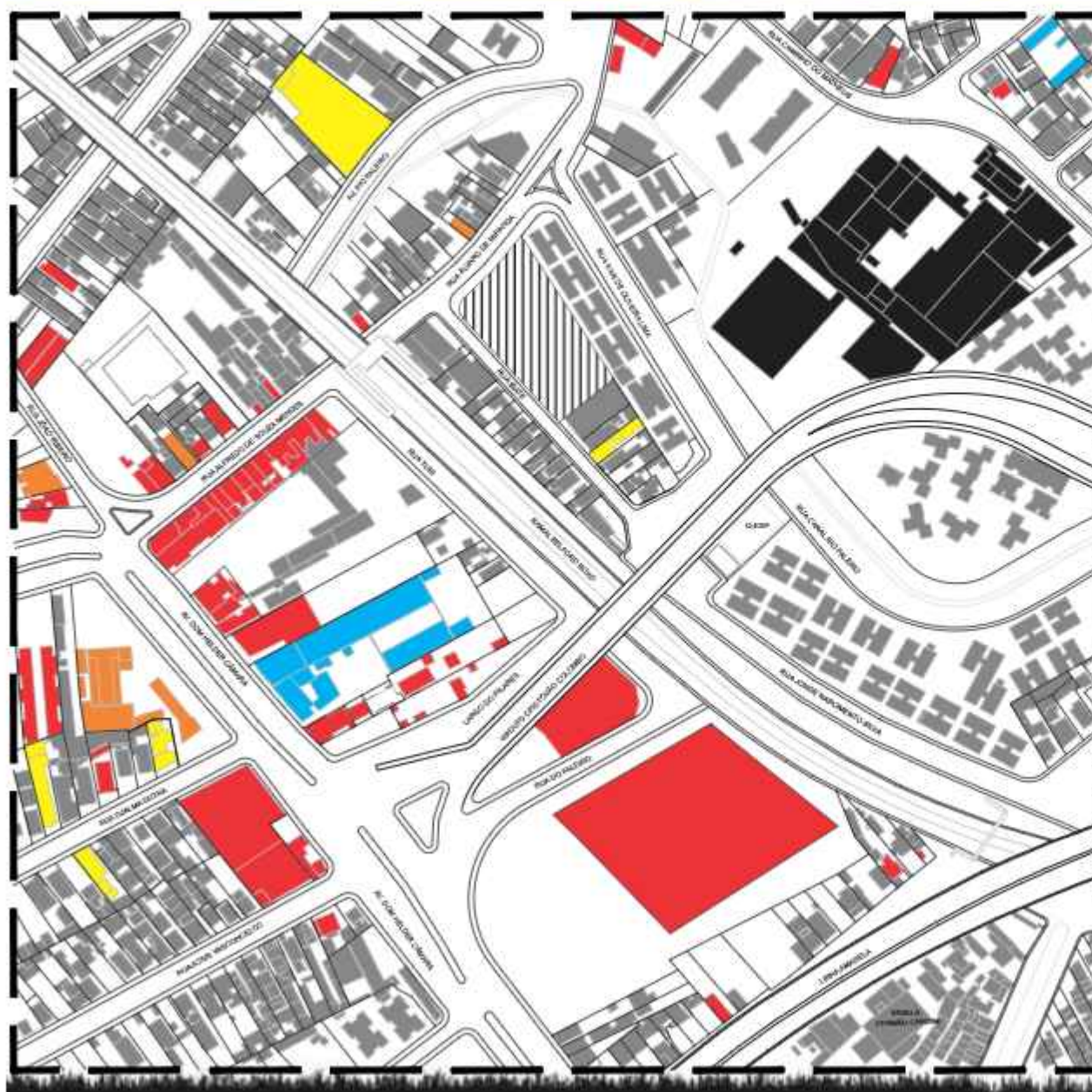
Fonte: Acervo Próprio

O terreno (com 4.260m²) está localizado no bairro de Pilares, zona Norte do Rio de Janeiro tendo como limites os bairros de Inhaúma, Del Castilho, Abolição e Engenho de Dentro.

A ideia principal da escolha é que fosse um local mais residencial em que não distorcesse tanto da realidade das crianças e adolescentes, porém que tivesse uma boa infraestrutura e de serviços, como: escola, hospital e comércio.



MAPA DE USO E SERVIÇO



O local se apresenta com uma variação de uso e serviço. Porém, o lado que se encontra o terreno, essa diversidade é pequena, com maior concentração de residência.

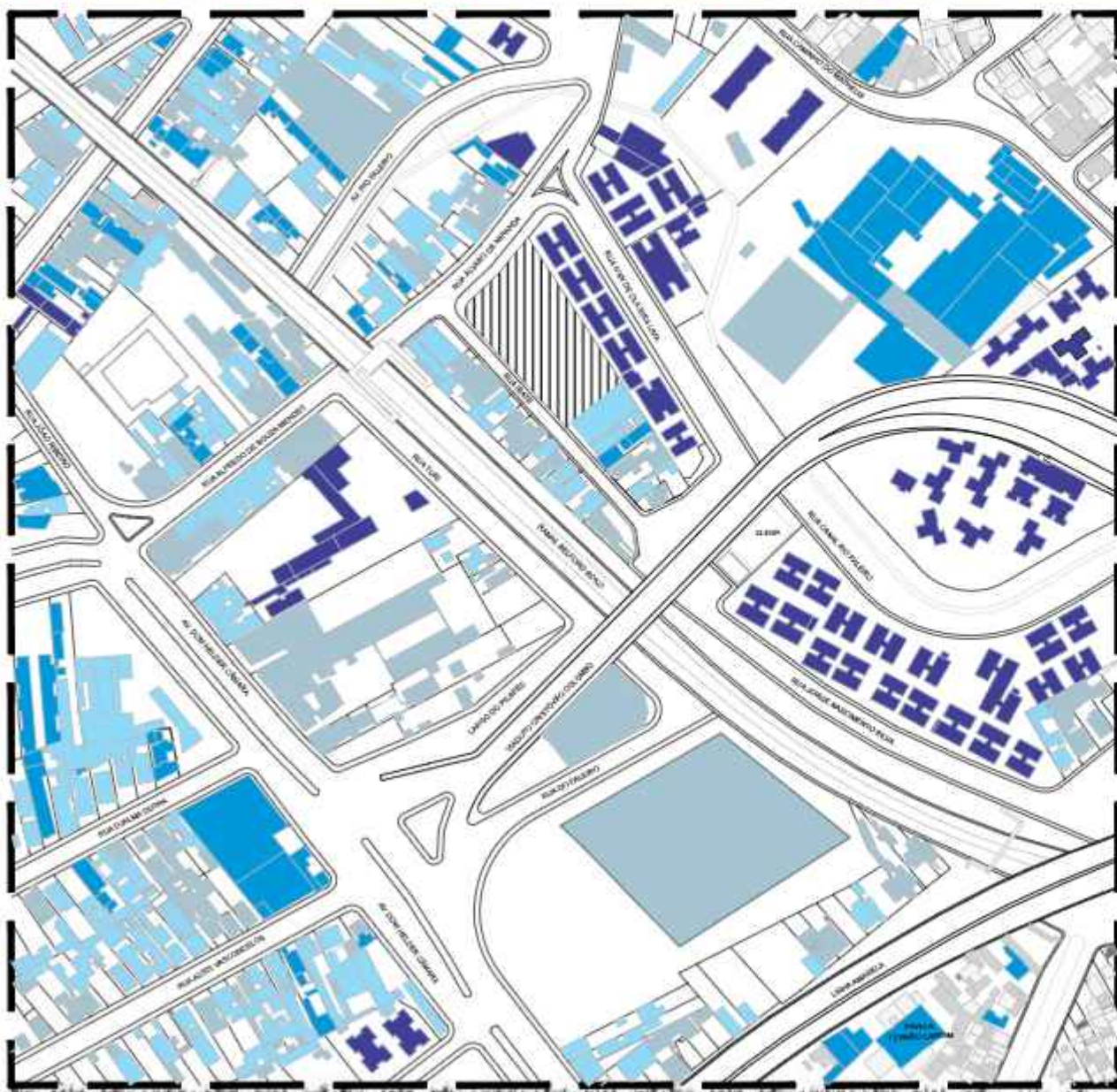
Há um número reduzido de escolas no entorno imediato. E as mais próximas existentes são de ensino particular. Com essas observações, a ideia é implementar uma escola que atenda tanto para as crianças e adolescentes do Centro de Integração

LEGENDA

	Terreno		Hospitais
	Residencial		Igrejas
	Comércio		Indústria
	Escolas		



MAPA DE GABARITO



O bairro apresenta uma variedade de gabarito, podendo observar no mapa de estudo. Dessa forma, possibilitando uma construção sem muitas restrições.

No entorno imediato é mais característico de 1 até 3 pavimentos, justamente por ser uma região mais residencial. Mesmo as construções de mais de 4 pavimentos, ainda são de uso residencial.

LEGENDA



Terreno



1 Pavimento



2 Pavimentos



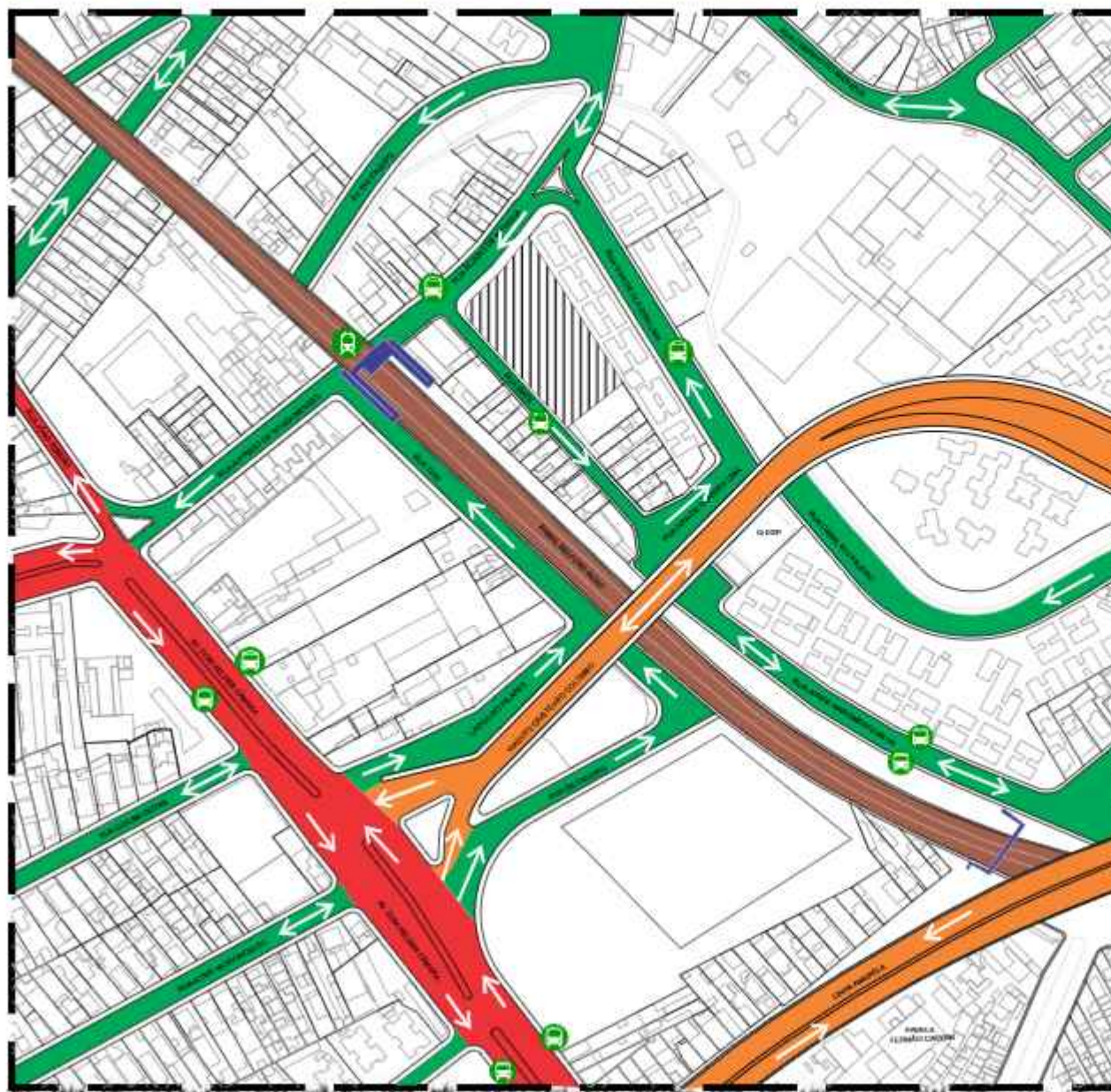
3 Pavimentos



4 ou mais Pavimentos



MAPA DE FLUXO VIÁRIO



LEGENDA



Terreno



Via Arterial



Via Coletora



Via Local

Linha Férrea -
Ramal Belford Roxo

Passarela



Sentido de veículos



Ponto de ônibus



Estação de Trem - Pílares



REFERÊNCIAS



ESPAÇO ALANA, SÃO PAULO



Fonte: Archdaily Autor: Rafacla Netto, 2016



Fonte: Archdaily



Fonte: Archdaily

- 🏠 Localização: São Paulo, Brasil
- 🏠 Autor do Projeto: Rodrigo Othake Arquitetura e Design
- 🏠 Ano do Projeto: 2015
- 🏠 Área: 800m²

Segundo o autor do projeto Rodrigo Othake, o instituto Alana é uma ONG voltada ao desenvolvimento infantojuvenil.

O projeto da sede Jardim Pantanal procurou conceber um espaço em que a entidade pudesse consolidar suas ações na região, extremamente carente, e oferecer à comunidade um local para socialização e desenvolvimento de atividades coletivas.

O centro cultural tem o programa criado em conjunto com a comunidade e conta com biblioteca comunitária, escola de música, auditório, cantina, abriga a associação da comunidade, a administração e uma praça coberta de 800m².



Fonte: Archdaily



CASA RANA - ÍNDIA



Fonte: Archdaily



Fonte: Archdaily



Fonte: Archdaily

🏠 A casa de acolhimento abriga quinze crianças HIV-positivas em um ambiente familiar amoroso onde eles também são envolvidos em treinamentos profissionalizantes e atividades educativas.

🏠 A planta do do projeto leva em conta diferentes necessidades: as crianças sentem-se protegidas e livres para brincar, enquanto as "mães" podem estar confiantes para gerenciar suas condutas.



Fonte: Archdaily



CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL PARQUE DO RIACHO - DF



Fonte: Archdaily

Localização: Distrito Federal, Brasília

Autor do Projeto: Saboia e Ruiz Arquitetos Equipe Alexandre Ruiz

Ano do Projeto: 2016

A aposta por desenvolver o programa no perímetro da parcela visa delimitar claramente o espaço público do privado, convertendo todas as áreas livres em pátios, minimizando, portanto, o uso de muros e agregando funções aos espaços residuais.



Fonte: Archdaily



Fonte: Archdaily



Fonte: Archdaily



EST. PRELIMINAR



O CONCEITO

- ✚ A partir dos levantamentos e análises abordadas no entorno, o objetivo do projeto é praticar a inclusão e o senso comunitário, através da requalificação do espaço.
- ✚ O primeiro ponto foi pensar em como acolher de forma que não segregasse e excluísse essas crianças e adolescentes do convívio social.
- ✚ Dessa maneira, o projeto é focado em três eixos:



EDUCAR

- ✚ A parte da educação será destinada tanto para as crianças e adolescentes institucionalizados, quanto para a população do entorno, sendo assim, influenciaria esse contato, aproximando os jovens e incentivaria no processo de adaptação.

MORAR

- ✚ Nas casas de acolhimento, são três crianças por cada casa lar, totalizando 30 crianças, de modo que a mãe social consiga administrar a rotina dos jovens e principalmente, auxiliar na adaptação e conforto. No total, são 10 casas, sendo 2 destinadas a pelo menos uma criança PCD. O propósito de implementar a tipologia de residência, se dá pelo fato trazer a identidade e o simbolismo de um lar e buscar minimizar a sensação de “abrigo”.

INTEGRAR

- ✚ Outro ponto foi como requalificar o espaço, trazendo aproveitamento tanto para os usuários do terreno, quanto para a população do entorno. Além disso, através da análise, foi observado uma carência de espaço público de lazer. A partir desse ponto, idealizou-se a utilização de uma praça que atenderia as edificações e a necessidade da população, trazendo conforto e dinamização para o espaço.



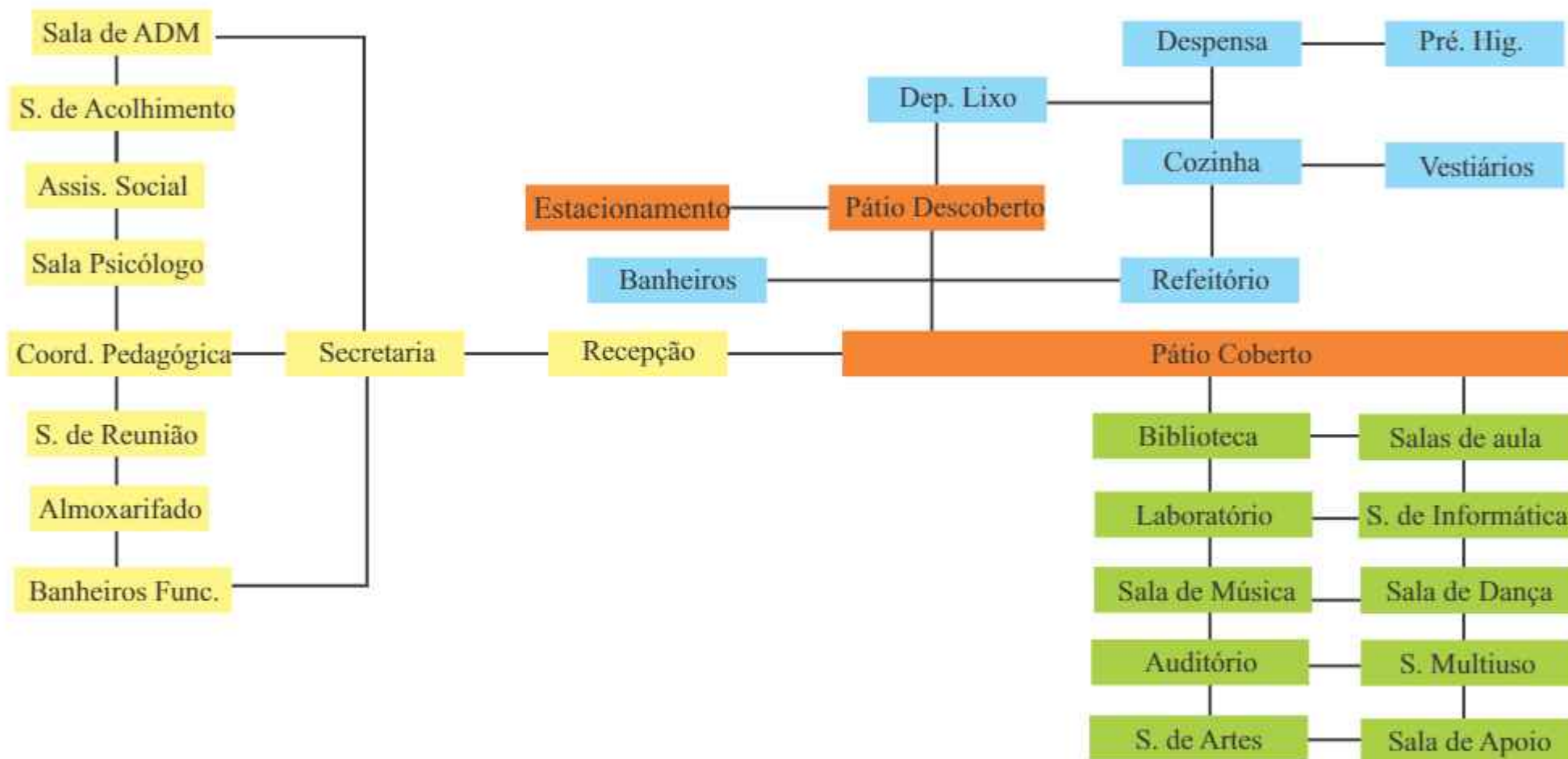
PROGRAMA DE NECESSIDADES - ESCOLA

AMBIENTE ADMINISTRATIVO/ APOIO		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Recepção -Sala de Espera	1	15m ²
Secretaria	1	12m ²
Sala de Reunião	1	15m ²
Coordenação Pedagógica	1	12m ²
Almoxarifado	1	8m ²
Sala Assistente Social	1	10m ²
Sala de Administração	1	10m ²
Sala Psicólogo	1	10m ²
Banheiro - Funcionários	2	10m ²
Sala de Acolhimento	1	10m ²
AMBIENTE DE SERVIÇO		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Recepção pré higienização	1	10m ²
Cozinha	1	35m ²
Despensa	1	7m ²
Depósito de material	1	8m ²
Vestiários	2	15m ²
Depósito de Lixo	1	10m ²
Copa - Funcionários	1	12m ²
Depósito de Gás	1	4m ²
DML	1	8m ²
Banheiro - Alunos	6	75m ²
Refeitório	1	100m ²

AMBIENTE DE APRENDIZAGEM		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Sala de aula	9	260m ²
Sala de Artes Plásticas	1	30m ²
Sala de Informática	1	30m ²
Sala de Dança	1	30m ²
Sala de Música	1	30m ²
Biblioteca	1	60m ²
Laboratório de Ciências	1	30m ²
Sala Multiuso	1	30m ²
Sala de Apoio	1	35m ²
Auditório	1	110m ²
AMBIENTE EXTERNO		
Pátio Coberto	1	180m ²
Pátio Descoberto	1	200m ²
TOTAL		1078m ²



FLUXOGRAMA - ESCOLA



PROGRAMA DE NECESSIDADES - CASA LAR

AMBIENTE SOCIAL			AMBIENTE INTIMO		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Sala de Estar	1	10m ²	Quarto	1	17m ²
Sala de Jantar	1	10m ²	Quarto mãe social	1	10m ²
AMBIENTE DE SERVIÇO			Banheiro	1	4m ²
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	CIRCULAÇÃO		
Cozinha	1	7m ²	Corredor	1	5m ²
Área de Serviço	1	3m ²	Circ. externa	1	75m ²

CASA LAR TIPO 1



AMBIENTE SOCIAL			AMBIENTE INTIMO		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Sala de Estar	1	10m ²	Quarto	1	15m ²
Sala de Jantar	1	10m ²	Quarto mãe social	1	10m ²
AMBIENTE DE SERVIÇO			Banheiro	1	4m ²
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	CIRCULAÇÃO		
Cozinha	1	6m ²	Corredor	1	6m ²
Área de Serviço	1	3m ²	Circ. externa	1	75m ²

CASA LAR TIPO 2

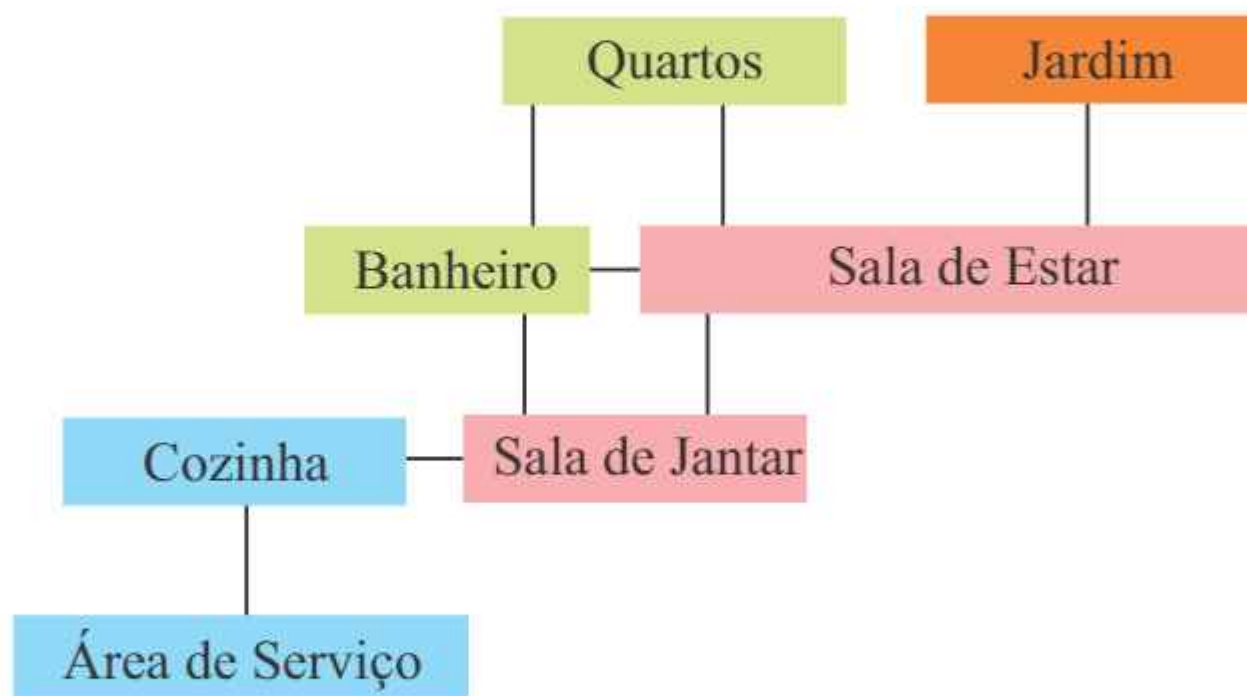


AMBIENTE SOCIAL			AMBIENTE INTIMO		
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	AMBIENTE	QUANT.	ÁREA
Sala de Estar	1	10m ²	Quarto	1	16m ²
Sala de Jantar	1	10m ²	Quarto mãe social	1	12m ²
AMBIENTE DE SERVIÇO			Banheiro	1	5m ²
AMBIENTE	QUANT.	ÁREA	AMBIENTE EXTERNO		
Cozinha	1	10m ²	Pátio	1	20m ²
Área de Serviço	1	4m ²	Jardim	1	14m ²

CASA LAR TIPO 3 - PCD

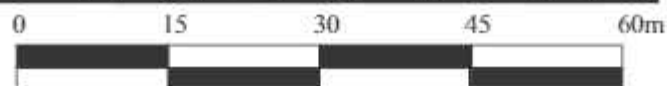
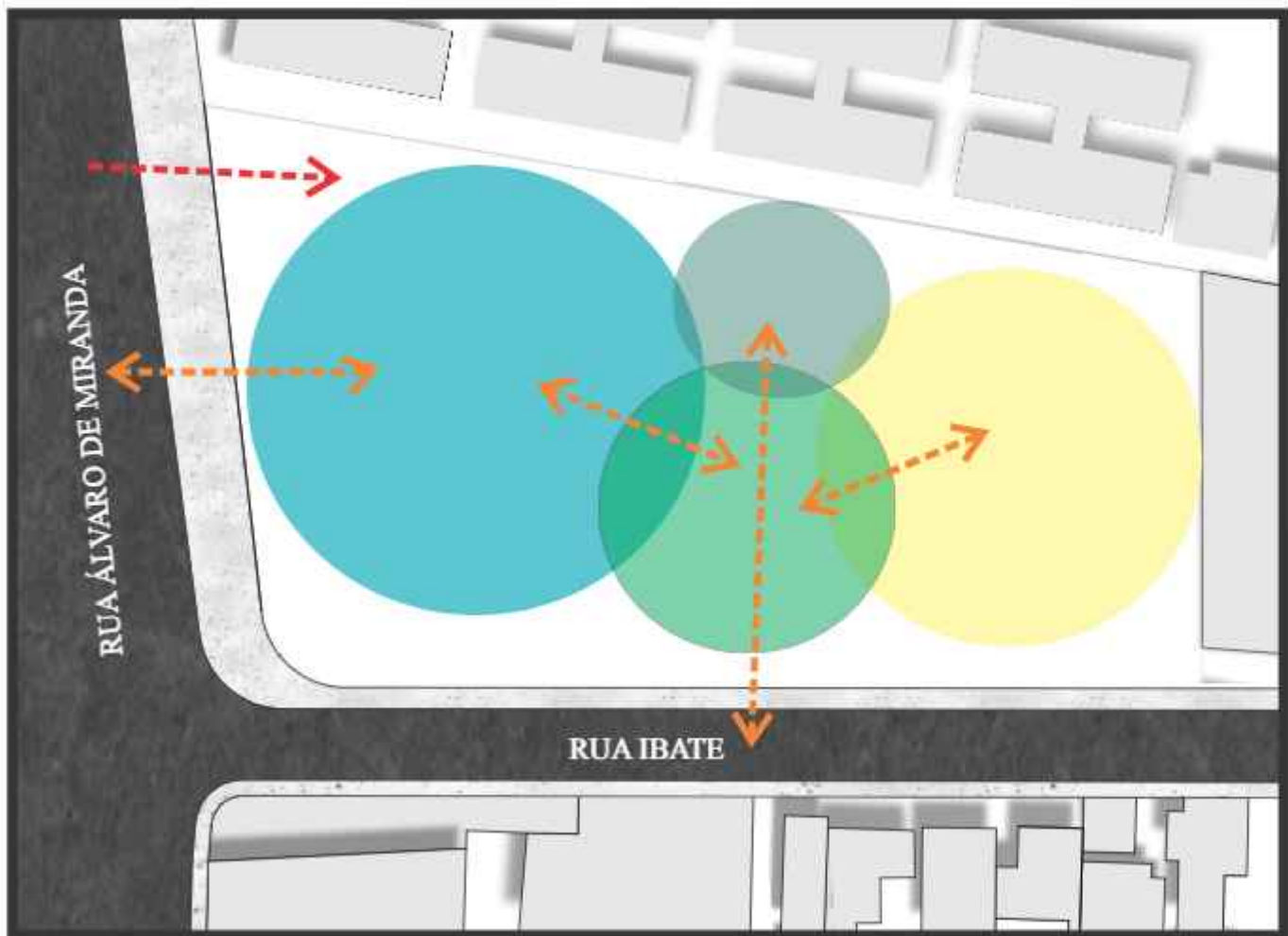


FLUXOGRAMA - CASA LAR



ESTUDO DE MASSA

LEGENDA



- Área Educacional
- Casa Lar
- Praça
- Horta Coletiva
- Fluxo de Pedestre
- Fluxo de Veículos



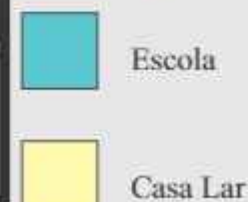
IMPLANTAÇÃO



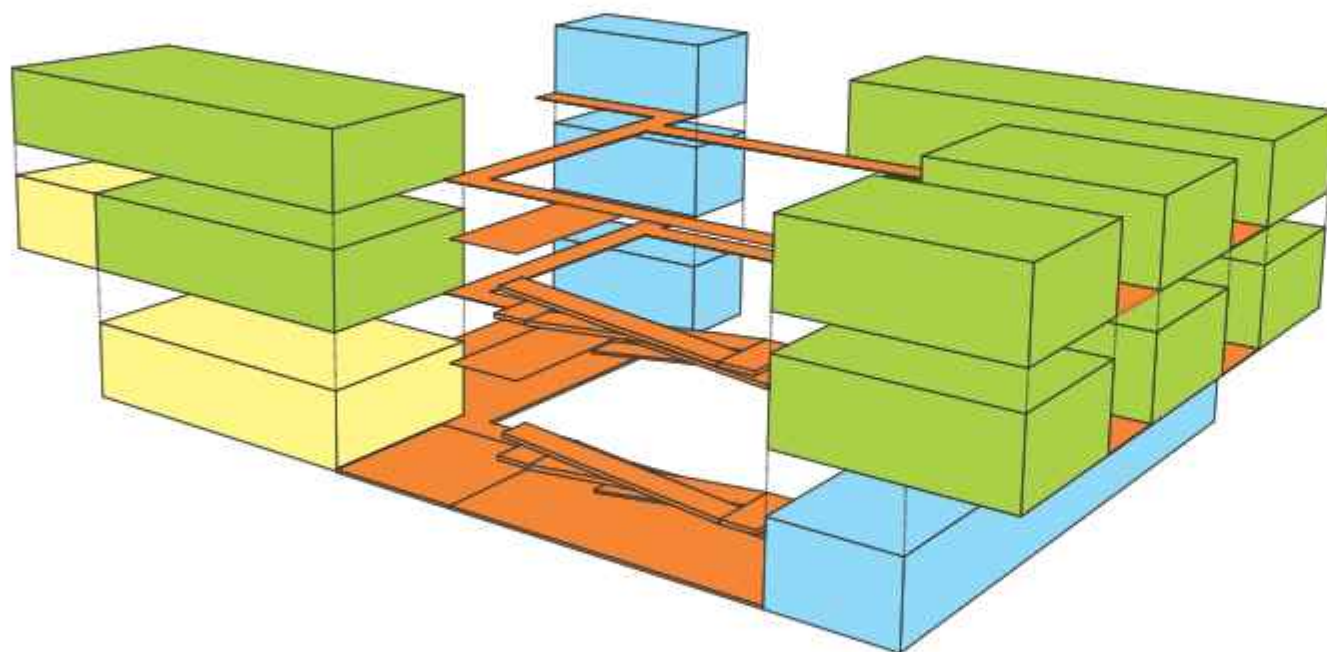
O acesso principal da Escola se dá pela Rua Álvaro de Miranda devido ao fato de ser uma via mais larga em relação a Rua Ibate. Nessa, priorizou-se o acesso para a praça que atende tanto a escola e as casas-lares, quanto a comunidade que carece de espaços de lazer.

LEGENDA

- > Acesso de veículos
- > Acesso Principal - Escola
- > Acesso Secundário - Escola
- > Acesso Praça
- > Acesso Casa Lar



SETORIZAÇÃO - ESCOLA



Planta chave Sem escala

Escola

LEGENDA

Ambiente de Aprendizagem

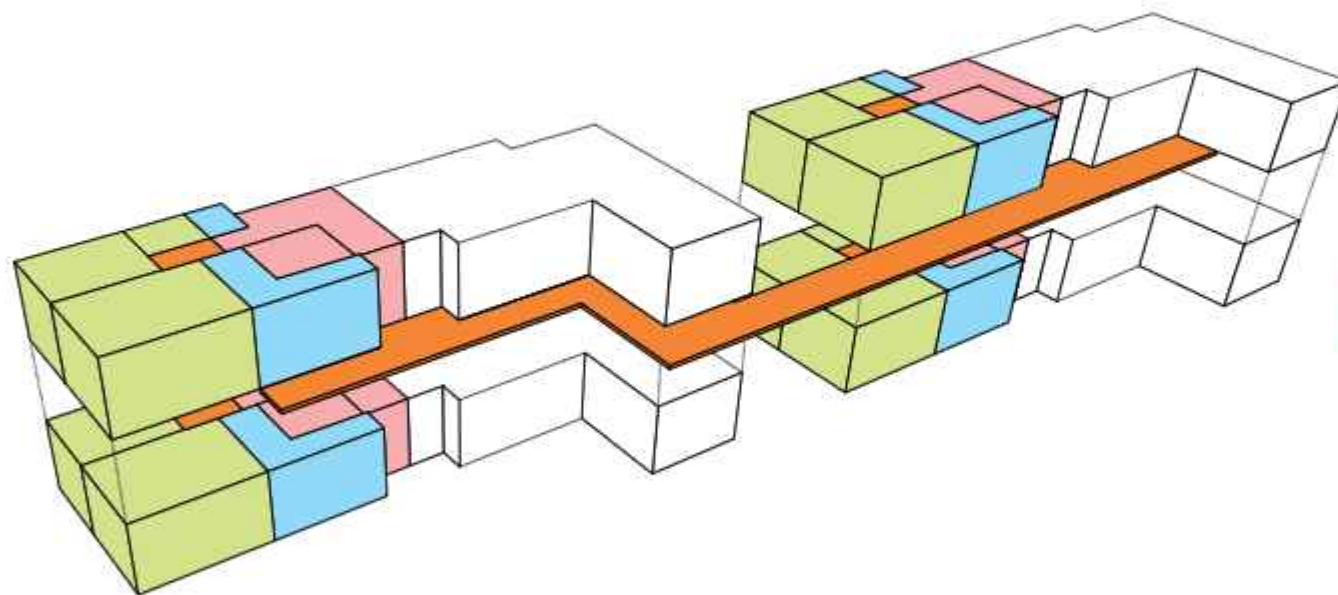
Ambiente de Serviço

Ambiente ADM/Apoio

Ambiente externo



SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 1



Planta chave Sem escala

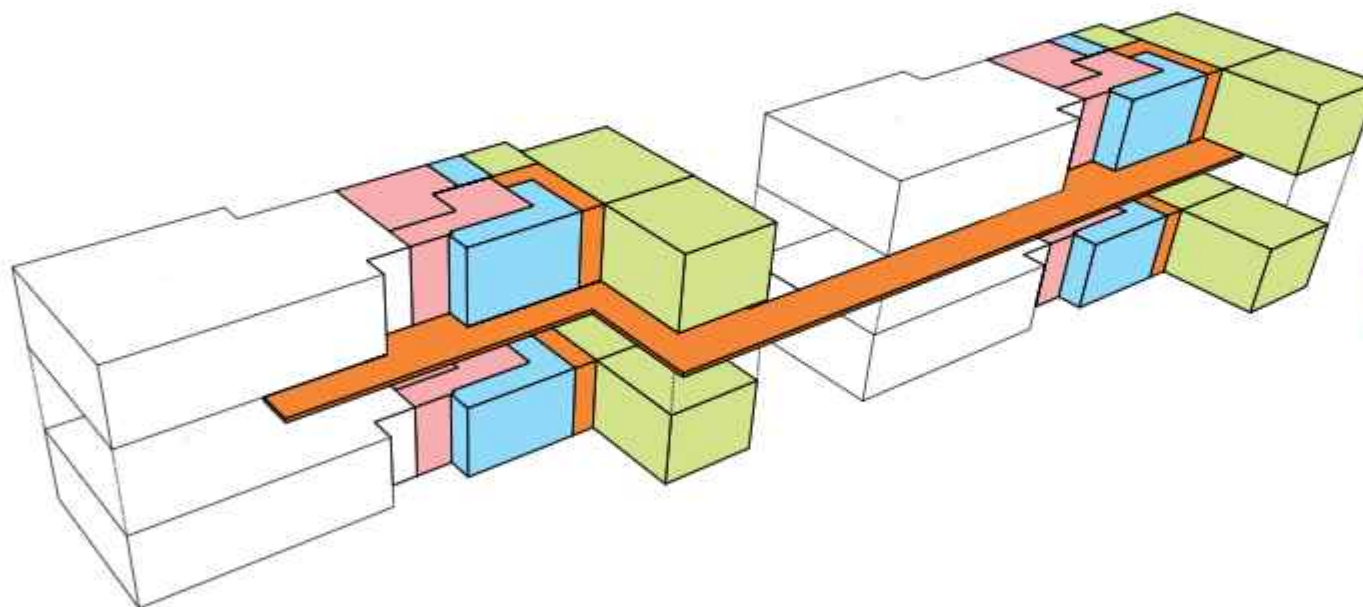
Casa Lar

LEGENDA

- Ambiente Íntimo
- Ambiente de Serviço
- Ambiente Social
- Ambiente externo



SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 2



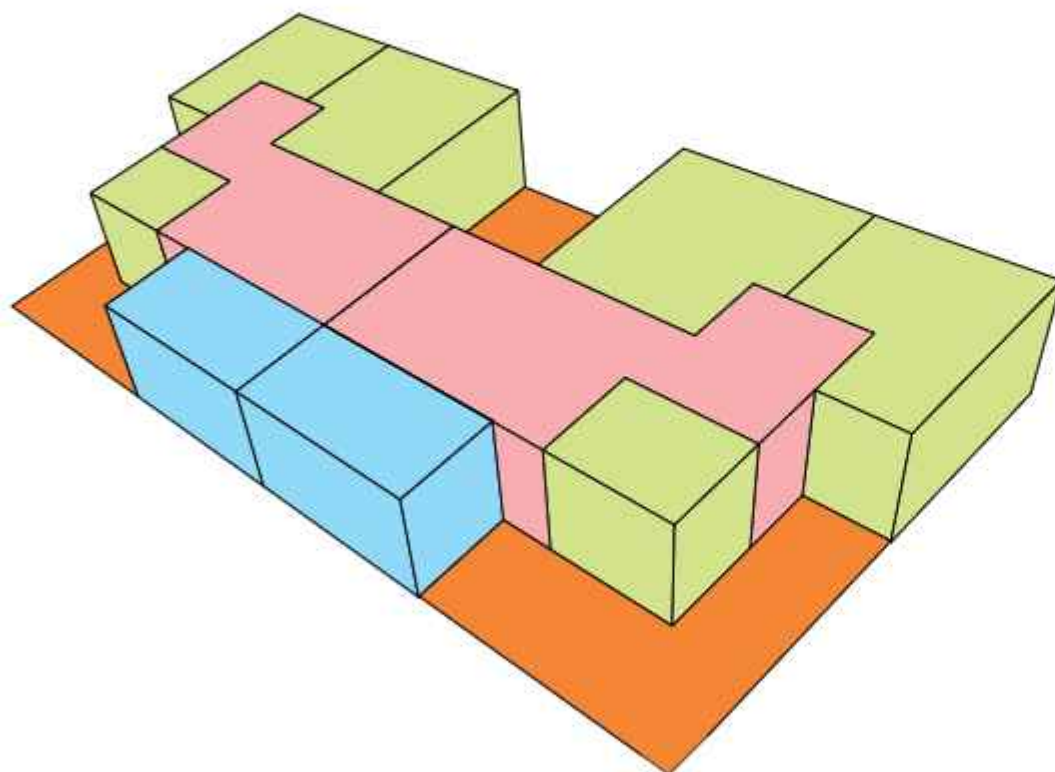
Casa Lar

LEGENDA

- Ambiente Íntimo
- Ambiente de Serviço
- Ambiente Social
- Ambiente externo



SETORIZAÇÃO - CASA LAR TIPO 3 - PCD



Planta chave Sem escala



Casa Lar

LEGENDA



Ambiente Íntimo



Ambiente de Serviço



Ambiente Social



Ambiente externo



SETORIZAÇÃO - PRAÇA



Planta chave Sem escala

----- Praça

LEGENDA

- 1 Anfiteatro
- 2 Espaço Infantil
- 3 Academia ao ar livre
- 4 Espaço para piquenique
- 5 Espaço de descanso



PAGINAÇÃO - PRAÇA



Planta chave Sem escala

----- Praça

LEGENDA

-  Piso intertravado vermelho
-  Piso intertravado cinza
-  Piso intertravado natural
-  Deck de madeira



PROJETO



RUA ÁLVARO DE MIRANDA

B
A
P08 1

A

C

C

D

B

A

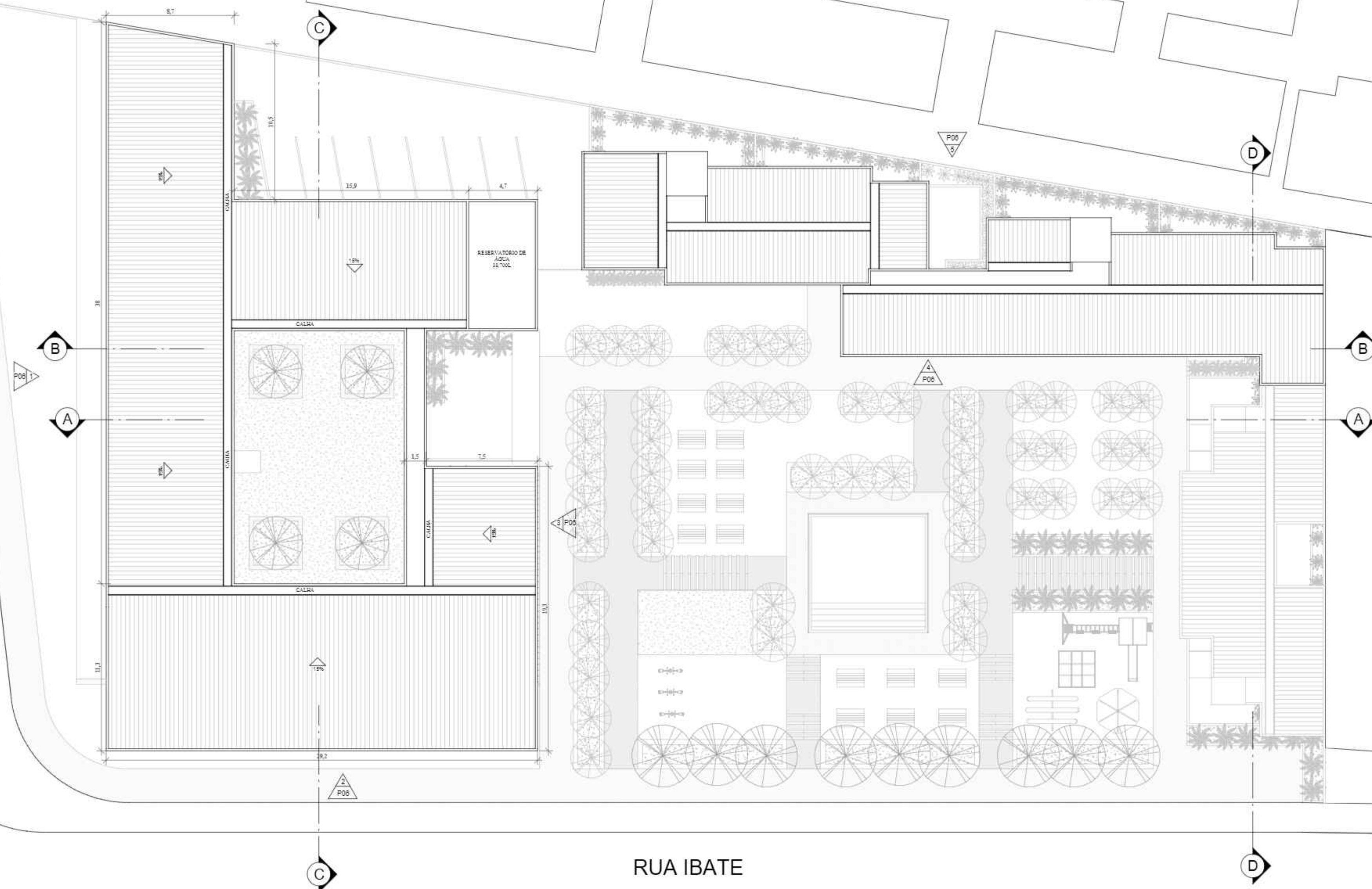
D

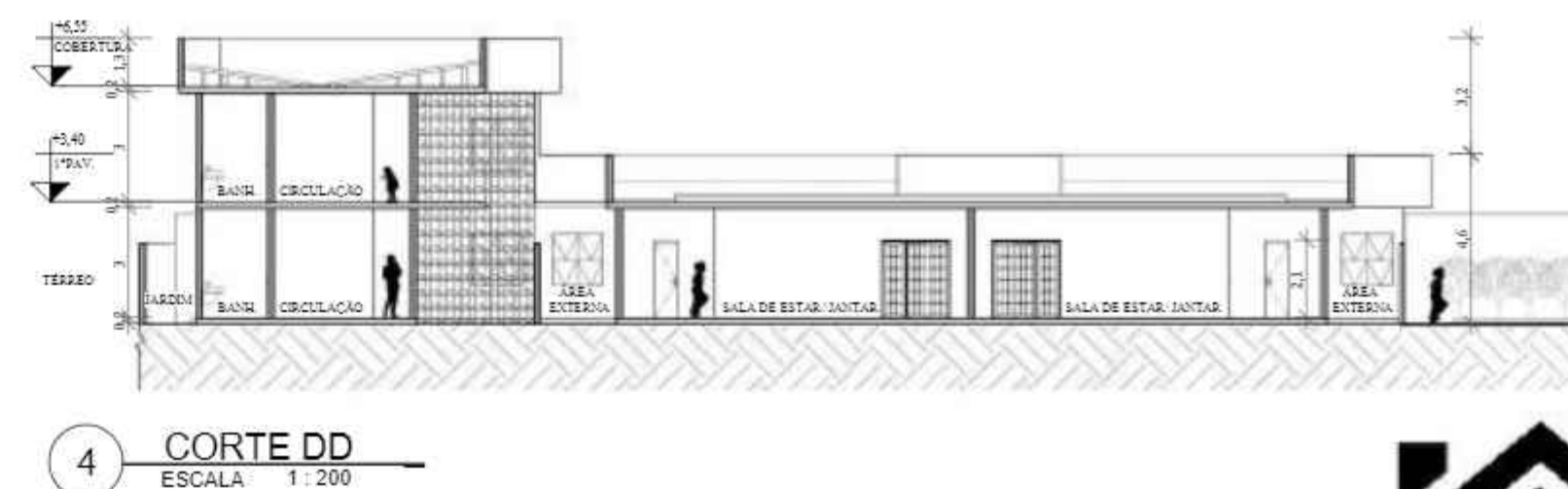
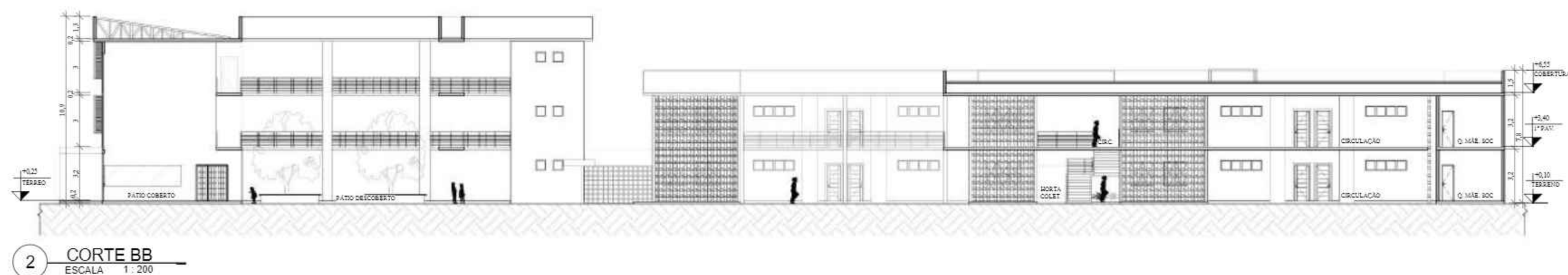
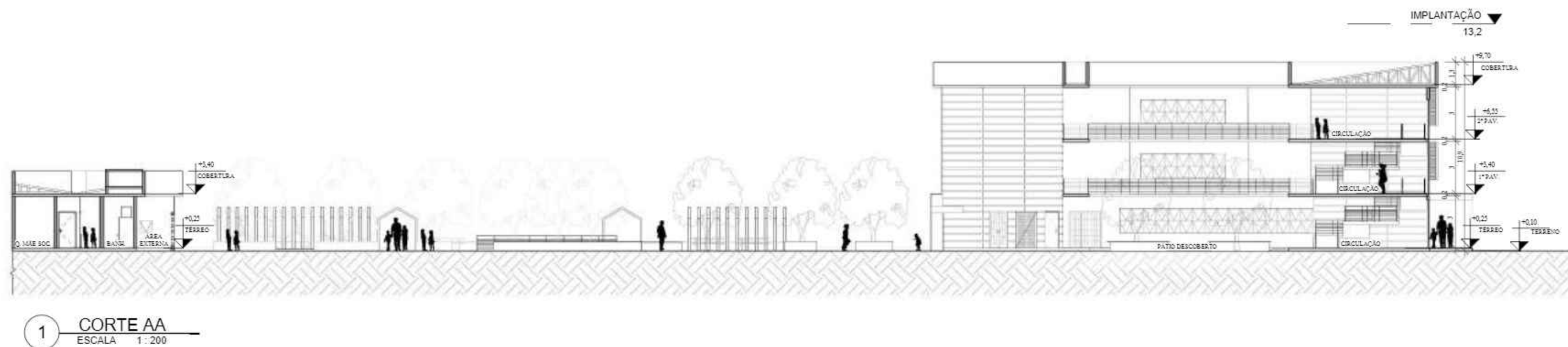
RUA IBATE

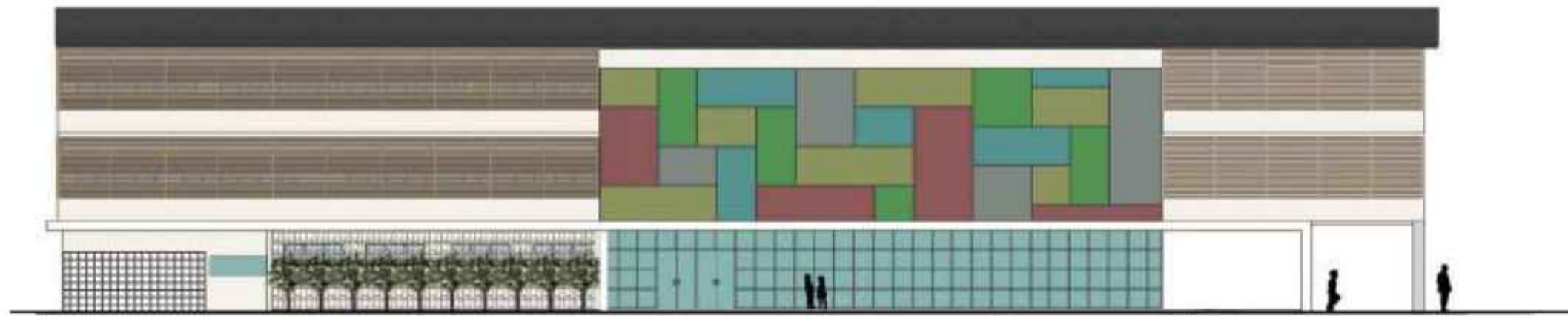
1 PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO
ESCALA 1:200



RUA ÁLVARO DE MIRANDA



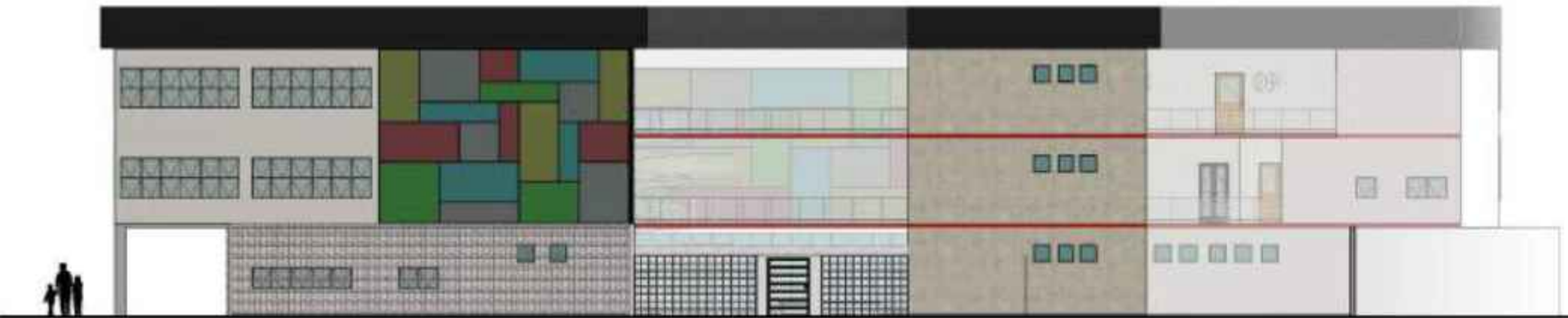




1 VISTA 1
ESCALA 1 : 200



2 VISTA 2
ESCALA 1 : 200



3 VISTA 3
ESCALA 1 : 200



4 VISTA 4
ESCALA 1 : 200



5 VISTA 5
ESCALA 1 : 200



6 VISTA 6
ESCALA 1 : 200







































BIBLIOGRAFIA



Teixeira Mata, N., Braga da Silveira, L., & Ferreira Deslandes, S. (s.d.). *Família e negligência: uma análise do conceito de negligência*. Adolescentes, M. C. (s.d.). Distribuição da população infantojuvenil acolhida.

Auad Moreira, A., & Tavares Rocha, J. (2017). *CENTRO DE BEM-ESTAR INFANTOJUVENIL: Arquitetura como Instrumento que favoreça o Desenvolvimento Integral dos indivíduos*.

Bazon, MR; Bérghamo, LP;. (2010). *Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconômico, estresse parental e apoio social*.

BRASIL. (13 de Julho de 1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90*.

BRASIL. (Julho de 1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90*.

BRASIL. (2004). *O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: OS ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL*. Brasília.

BRASIL. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília.

Calça, M. B. (s.d.). *IMPACTOS DO ABANDONO MATERNO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA*.

da Silva Souza, B., & Dias, R. (2015). *MÃE SOCIAL: UM MODO DE EDUCAR ENTRE A VULNERABILIDADE E O ACOLHIMENTO*.

Fonseca, R. L. (s.d.). *Acolhimento Institucional: dos caminhos da história ao relato de experiência de atendimento de crianças e adolescentes na construção e perspectiva da autonomia*.

Macedo, R. C. (2009). *Um Lar Saudável para uma criança saudável*.

Martins, A. C. (2011). A importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento da criança.



Milhorance, F. (27 de Janeiro de 2015). *Abandono infantil provoca danos cerebrais*. Fonte: O Globo: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/abandono-infantil-provoca-danos-cerebrais>

Nascimento, M. L. (2012). *ABRIGO, POBREZA E NEGLIGÊNCIA: PERCURSOS DE JUDICIALIZAÇÃO*.

Oliveira, L. S. (2014). Crianças em acolhimento institucional: brincadeiras, espaços e interações.

RIEDE, J. E. (2013). *ADOÇÃO E OS FATORES DE RISCO: DO AFETO À DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES*.

Rizzini, I. (s.d.). *A INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL*.

Salzgeber, S. B. (2012). *ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: Desafios e possibilidades*.

Sandalowski, M. C. (s.d.). *As famílias no contexto social brasileiro*.

Sbeghen, C. (18 de Janeiro de 2015). *Casa de Acolhimento para Menores / CEBRA*. Fonte: Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>

UNICEF. (2018). *Pobreza na Infância e na Adolescência*. Nova.

Vectore, C., & Carvalho, C. (s.d.). *Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo*.



“A melhor maneira de tornar as crianças boas, é torná-las felizes.”

Oscar Wilde

